
POLÍTICA VIRAL E IMUNIDADE DE REBANHO: ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A ADESÃO AO BOLSONARISMO E A MORTALIDADE POR COVID-19 NO BRASIL

VIRAL POLITICS AND HERD IMMUNITY: ANALYSIS OF THE RELATION BETWEEN THE ADHESION OF THE BOLSONARISM AND THE COVID-19 MORTALITY IN BRAZIL

POLÍTICA VIRAL E INMUNIDAD DE REBAÑO: ANÁLISIS DE LA RELACIÓN ENTRE LA ADHESIÓN AL BOLSONARISMO Y LA MORTALIDAD POR COVID-19 EM BRASIL

Matheus Boni Bittencourt

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Técnico de Planejamento e Pesquisa, Distrito Federal, Brasil

matheus.bittencourt@ipea.gov.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2486-3981>

Robson Rocha de Souza Júnior

Universidade Federal de Lavras, Docente do Departamento de Administração Pública e do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública (PPGAP), Lavras, Brasil,

robsonjunior@ufla.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0416-0987>

Maurício de Assis Reis

Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade de Barbacena, Departamento de Ciências Humanas

Faculdade Dom Luciano Mendes (FDLM)
Centro Universitário de Viçosa (Univiçosa)

mauricio.reis@uemg.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4808-8366>

RESUMO

Examinamos o efeito do processo político na pandemia de Covid-19, com foco no impacto da “imunidade de rebanho”, estratégia adotada pelo governo Bolsonaro (2019-2022), no Brasil. Utilizamos modelos de regressão múltipla com dados transversais para testar a explicação da mortalidade por Covid-19 e síndromes respiratórias indeterminadas (SRAG) nos estados brasileiros, em 2020 e 2021, em função da votação em Bolsonaro no 1º turno de 2018. Com isso, buscamos verificar se o efeito da

"imunidade de rebanho" seria mediado pela adesão de massa ao autoritarismo bolsonarista. O modelo empírico corrobora a hipótese, evidenciando os efeitos massivos do processo político brasileiro na mortalidade por Covid-19 e SRAG.

Palavras-chave: Autoritarismo; Neoliberalismo; Pandemia de Covid-19; Saúde coletiva.

ABSTRACT

We examine the effect of the political process on the Covid-19 pandemic, focusing on the impact of the “herd immunity” strategy adopted by the Bolsonaro’s government (2019-2022) in Brazil. We use forward multipleregression with cross-sectional data to test the explanation of the Covid-19 and non-specified respiratory syndromes (SARS) mortality in the Brazilian States, in 2020 and 2021, due to the vote in Bolsonaro in the 1^o round of 2018. Hence, we aim to verify if the effect of the “herd immunity” would be mediated by the mass adhesion to Bolsonarist authoritarianism. The empirical model supports the hypotheses, showing the massive effects of the Brazilian political process in the Covid-19 and SARS mortality.

Keywords: Authoritarianism; Neoliberalism; Covid-19 Pandemic; Collective health.

RESUMEN

Examinamos el efecto del proceso político en la pandemia de Covid-19, centrándonos en el impacto de la "inmunidad de rebaño", estrategia adoptada por el gobierno de Bolsonaro (2019-2022), en Brasil. Utilizamos *regression* múltipla con datos transversales para examinar la explicación de la mortalidad por Covid-19 y el síndromes respiratorios indeterminados (SARS) en los estados brasileños, en 2020 y 2021, en función del voto por Bolsonaro en la 1^a ronda de 2018., Buscamos verificar si el efecto de la "inmunidad de rebaño" estaría mediado por la adhesión masiva al autoritarismo Bolsonarista. El modelo empírico corrobora la hipótesis, evidenciando los efectos masivos del proceso político brasileño sobre la mortalidad por Covid-19 y SARS.

Palabras clave: Autoritarismo; Neoliberalismo; Pandemia de Covid-19; Salud Colectiva.

1. Introdução

O objetivo deste artigo é analisar de que forma as atuações de Jair Bolsonaro e dos bolsonaristas contribuíram para a proliferação do novo coronavírus no Brasil, o que pode ser expresso na seguinte questão: *em que medida a força política de Bolsonaro e a adesão ao bolsonarismo contribuíram para a proliferação e letalidade do novo coronavírus (covid-19) no Brasil?* O bolsonarismo pode ser definido como um fenômeno de massa com características autoritárias. Um extremismo de direita, na classificação proposta por Bobbio, por combinar uma radical naturalização das desigualdades sociais com a intolerância político-cultural e o rechaço ao pluralismo cívico e político (Bobbio, 1995). Em termos de tendência política global, o bolsonarismo insere-se na guinada populista, iliberal e autoritária do neoliberalismo, lançando mão das tecnologias da internet de plataforma para promover uma “guerra cultural” permanente (Cesarino, 2021; Sousa; Rodrigues, 2021).

Embora correta, essa caracterização do bolsonarismo ainda é demasiado superficial e exige um aprimoramento teórico. Para tanto, julgamos ser necessário mobilizar conceitos que nos permitam abordar alguns mecanismos psicossociais do autoritarismo que sejam capazes de explicar a formação de grupos e redes amplamente favoráveis ao discurso de Bolsonaro e seus aliados. Concomitantemente, também é preciso considerar o imprescindível papel desempenhado pela mediação tecnológica da plataformização, algo característico do capitalismo neoliberal posterior à crise de 2008, corroborado seja por considerável literatura política em termos de diagnóstico de crise das democracias ao redor do globo ao final da década passada (Levitsky; Ziblatt, 2018; Runciman, 2018; Mounk, 2018), seja por abordagens mais diretas a respeito das transformações sócio-políticas consolidadas já nessa década em termos da forma do capitalismo em geral (Zuboeff, 2021), das relações entre Estado, democracia e economia (Morozov, 2018) ou ainda em relação às dinâmicas sociais atinentes à esfera pública resultantes do fenômeno plataformista (Habermas, 2023; Floridi, 2024). Para todos os efeitos, essa constelação de vetores da interface tecnologia/sociedade desempenha papel importante no sentido de correlacionar plataformas das mais variadas (WhatsApp, Twitter – hoje X –, Youtube, Facebook, dentre outras) e o processo de expansão do apoio ao bolsonarismo como a forma brasileira das tendências de declínio democrático-institucional globais desses últimos anos. Assim, essa rede de apoio nacional e extremamente capilarizada foi fundamental para que o discurso de Bolsonaro e seus aliados tivesse uma repercussão rápida, abrangente e difusa, atingindo múltiplos nichos (demográficos, socioeconômicos, religiosos etc), sem encontrar um contraponto à altura, devido ao isolamento das “bolhas” digitais, o que proporcionou tanto o resultado eleitoral de 2018 quanto a receptividade à estratégia da “imunidade de rebanho”, boicote às medidas individuais de prevenção (uso de máscaras, higienização, evitar aglomerações, etc) e pressão contra autoridades locais que buscavam impor medidas de proteção coletivas alinhadas às diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Alguns estudos já buscaram analisar aspectos da relação entre a atuação de Bolsonaro na condução do Governo Federal ao longo da pandemia de Covid-19 e seus expressivos efeitos deletérios no Brasil. Fonseca et al (2021), por exemplo, buscaram realizar uma análise sistemática dos discursos de Bolsonaro nos primeiros seis meses da pandemia de Covid-19 no país para averiguar como a atuação do Presidente à época atrasou e prejudicou as respostas da saúde pública à crise sanitária ora em curso. Nesse estudo, os autores destacaram o importante papel desempenhado por lideranças políticas na garantia da coordenação e da confiança

necessárias para o enfrentamento de um contexto marcado pela gravidade e a incerteza (Fonseca et al, 2021). Apesar disso, Bolsonaro apostou em uma agenda que exacerbou os efeitos deletérios da pandemia através da minimização dos efeitos negativos da Covid-19, com destaque para a estratégia do falso dilema da catástrofe econômica ou desconsideração da pandemia, além do negacionismo, da diminuição da importância do distanciamento social e do uso indevido da ciência (Fonseca et al, 2021). Concomitantemente, Bolsonaro também se esforçou para mitigar a legitimidade de recomendações e instituições científicas, não só através do negacionismo, mas também através da propagação de teorias conspiratórias (Fonseca et al, 2021).

Pereira e Nunes (2022) buscaram aprofundar a relação entre os discursos de Bolsonaro, a adesão ao bolsonarismo e a amplificação dos efeitos deletérios da pandemia no país. No referido estudo, os autores se valem da atuação do Presidente Bolsonaro na gestão da crise sanitária provocada pela pandemia do Coronavírus para discutir as condições nas quais os Presidentes podem ser mais bem sucedidos no esforço de influenciar a opinião pública acerca de determinados assuntos, o que estaria em função do tipo de mensagem utilizado e da distribuição das opiniões no público alvo (Pereira; Nunes, 2022). Os autores destacam que, no Brasil, o Presidente buscou quebrar o consenso acerca das medidas de segurança preconizadas por instituições como a Organização Mundial de Saúde (OMS) no combate à pandemia através de mensagens endereçadas aos seus apoiadores (Pereira; Nunes, 2022). Os autores sustentam que, ao receberem tais mensagens, os bolsonaristas se esforçaram para superar dissonâncias cognitivas e optaram por rever suas opiniões sobre a pandemia de forma a estarem afinados à mensagem presidencial (Pereira; Nunes, 2022). Utilizando-se de surveys, pesquisas de opinião pública e padrões agregados de pesquisas na internet, os autores conseguiram demonstrar que os discursos de Bolsonaro efetivamente explicam a variação nas respostas públicas agregadas que foram detectadas (Pereira; Nunes, 2022). De acordo com os autores, em contextos onde há sistemas partidários frágeis, turbulência econômica e ampla cobertura midiática, a influência de lideranças populistas tende a ser maior, o que explica porque a mudança na retórica do Presidente Bolsonaro na direção da banalização ambígua e do negacionismo explícito da gravidade da Covid-19 impulsionou as mudanças na opinião pública sobre esse tema (Pereira; Nunes, 2022).

Oliveira e Fernandez (2021), por sua vez, analisam a política de saúde no governo Bolsonaro sob duas rubricas, quais sejam, o desmonte e o negacionismo. A análise proposta pelas autoras

ajuda a perceber o cenário em que se inscreve a pandemia, a saber, de uma política sanitária controversa em função de um princípio de austeridade que se propõe resolver a crise econômica então instalada pela via de uma redução e conseqüente desmonte de um amplo conjunto de políticas públicas no país (Oliveira; Fernandez, 2021), ênfase aqui no caso da saúde. Esse desmonte pode ser caracterizado, especialmente, pelas tendências de encolhimento orçamentário e alterações legislativas que, conseqüentemente, geraram condicionantes determinantes para fragilizar ou mesmo desincentivar a criação e implementação de projetos na área, com impactos significativos especialmente em relação às classes mais baixas em casos como a “Atenção Primária à Saúde” e o programa “Mais Médicos” (Oliveira; Fernandez, 2021, p. 288-291). É nesse cenário de desmonte generalizado que se inscrevem as demandas geradas pela pandemia e no interior das quais as autoras explicam a segunda rubrica, o negacionismo. Nesse caso, as práticas políticas presidenciais se notabilizaram pelo negacionismo científico e pelas controvérsias aí alimentadas em relação a uma diversidade de atores, como alguns de seus próprios ministros da Saúde, orientações de órgãos como a OMS, pelos poderes judiciário (STF) e executivos estaduais, conduzindo a uma situação de desresponsabilização do governo federal e à adoção de medidas de enfrentamento por poderes subnacionais (Oliveira; Fernandez, 2021).

Seguindo a seara aberta por esses estudos, buscaremos demonstrar neste artigo que alguns traços típicos do bolsonarismo induziram um comportamento de seus adeptos na pandemia do novo coronavírus que acabou intensificando os efeitos deletérios da doença. Orientados por sua visão conspiratória e pela demarcação entre aqueles que pertencem e não pertencem ao movimento, os bolsonaristas e o próprio Presidente da República, Jair Bolsonaro, não só estimularam o desrespeito a uma série de práticas que poderiam mitigar a proliferação do vírus e, por conseqüência, sua mortalidade (isolamento social, uso de máscaras e higienização das mãos), como também induziram a população a utilizar medicações que não demonstraram qualquer eficácia no combate à doença. Frente a isso, a hipótese que orienta este estudo sustenta que esse comportamento acabou engendrando um elevado número de óbitos evitáveis, o que acabou afetando sobretudo as camadas mais vulneráveis da população brasileira, justamente a parcela da população que, por sua condição de mão de obra superexplorada, agravada pelo contexto de recessão da economia, não teve a oportunidade de praticar o isolamento recomendado para mitigar a proliferação da doença. Isso se justifica, inicialmente, pelas áreas da economia em que a população pobre e negra está concentrada, o que impediu a adoção do

isolamento social, mas também pela desigualdade na distribuição dos serviços de saúde de média e alta complexidade, pela ausência de medidas de assistência social emergencial por parte do Governo Federal e pela prevalência das comorbidades de Covid-19 na população negra, tais como hipertensão e diabetes (Freitas; Negreiros, 2021). Em outras palavras, a mobilização da força política do bolsonarismo, medida pelo apoio no 1º turno das eleições de 2018, no sentido de impor a estratégia da “imunidade de rebanho”, teria provocado uma vulnerabilização massiva à pandemia, ocasionando um aumento politicamente induzido da mortalidade como consequência da receptividade à estratégia negacionista do Governo Federal. Para testarmos essa hipótese buscaremos explorar variáveis que demonstram a relação entre a adesão ao bolsonarismo e a mortalidade por Covid-19.

Além desta introdução, este artigo é composto de mais seis seções. Na primeira e na segunda delas, buscamos apresentar os princípios teóricos que orientam a formulação tanto da questão, quanto da hipótese que norteiam este estudo. A seguir, buscamos apresentar como esses princípios teóricos se desdobram em um método de coleta e análise de dados. Na quarta seção, buscamos apresentar e analisar os resultados coletados e organizados. Na quinta seção, buscamos discutir os resultados obtidos à luz dos princípios teóricos que embasam esta investigação. Na última seção, apresentamos algumas palavras como considerações finais.

2. A estratégia política do bolsonarismo e sua reação à pandemia: do autoritarismo burocrático ao populismo autoritário

Antes de caracterizar o bolsonarismo em sua especificidade, é fundamental diferenciá-lo dos regimes autoritários que marcaram a história da América Latina a partir da segunda metade do século XX, além de contextualizar o que permitiu seu surgimento como fenômeno de massa.

Entre as décadas de 1960 e 1980, a América Latina foi marcada pela ascensão de regimes ditatoriais chefiados por militares de alto escalão, que se impuseram como governantes por meio de golpes de Estado apoiados por grupos econômicos poderosos, tradicionais ou modernos, e pelo Governo dos Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria contra a União Soviética e para manter a influência estadunidense sobre o chamado Terceiro Mundo. Os ditadores militares, inspirados por ideologias de extrema-direita, prometeram manter a ordem, se alinhar ao Ocidente e eliminar a subversão atribuída aos comunistas e outras correntes de esquerda. Após remover pela força presidentes eleitos, os chefes militares suspenderam liberdades civis e políticas, usurparam o Poder Legislativo (às vezes fechando os parlamentos,

às vezes esvaziando seus poderes), subordinaram o Judiciário e utilizaram a legislação penal e militar, as forças policiais e militares e grupos armados clandestinos para cercear, criminalizar, prender, torturar, matar e “desaparecer” opositores políticos e grupos estigmatizados, rotulados como o “inimigo interno” do Estado. Apesar do uso intensivo da propaganda e censura, tais regimes não conseguiram obter muito mais que um conformismo de massa, motivado pelo medo e pela resignação. Os governantes autoritários apresentavam-se como “técnicos”, alimentando um discurso antipolítico, tecnocrático e avesso à mobilização popular, rotulada como ignorante, desordeira e sujeita à manipulação maliciosa de demagogos “subversivos” ou “corruptos”. Este tipo de regime ditatorial, que talvez não seja uma exclusividade latino-americana, foi definido como “burocrático-autoritário”, em função das características que os diferenciavam tanto do tradicional caudilhismo latinoamericano quanto do nazifascismo europeu (O’Donnell, 1988).

Contudo, o autoritarismo burocrático teve as suas peculiaridades nacionais, como exemplificado pelo Brasil. O governo militar brasileiro (1964-1985) manteve um partido político para apoiá-lo (o ARENA, “Aliança Renovadora Nacional”), e tolerou um partido de oposição moderada (o MDB, “Movimento Democrático Brasileiro”, ainda em atividade). Eleições legislativas periódicas e bipartidárias continuaram a ocorrer para os legislativos municipais, estaduais e federal, embora as cassações, exílios, espionagem, repressão e centralização tivessem esvaziado qualquer eficácia do Legislativo para contrariar o Poder Executivo militarizado ou para garantir a autonomia federativa dos governos estaduais, também chefiados por aliados ou interventores dos ditadores militares. Com isso, os generais-presidentes lograram exercer poderes ditatoriais, mas de maneira parcialmente dissimulada pelo bipartidarismo legislativo e eleições indiretas para chefes do Executivo. Assim, aproveitando o forte crescimento econômico entre o fim da década de 1960 e início da década de 1970, e usando intensivamente a censura e a propaganda, o regime ditatorial-militar brasileiro conseguiu obter um consentimento passivo, expresso em bons índices de aprovação popular do governo no início da década de 1970. Isso permitiu que os chefes militares postergassem ao máximo a transição para a democracia constitucional e eleitoral, numa longa transição “lenta, gradual e segura”. Também beneficiou políticos civis que apoiaram a ditadura militar como parlamentares, burocratas, governadores e prefeitos. Assim, os antigos governistas civis da Ditadura Militar puderam se perpetuar no poder por décadas, e até por gerações sucessivas, por via eleitoral, mantendo-se influentes até mesmo em governos de antigos inimigos, como os de

Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010, 2023-?) e Dilma Rousseff (2011-2016). Policiais e militares que torturaram e mataram a serviço do regime, alcunhados de “porão da ditadura” ou “tigrada”, tiveram garantia total de imunidade penal e pensões generosas (Codato, 2005).

As Forças Armadas também impuseram à assembleia constituinte de 1988 a manutenção do controle militar direto ou indireto sobre atividades civis do Estado, entre as quais a “garantia da lei e da ordem” e a segurança pública (policciamento e defesa civil), mantendo a maior força policial, as Polícias Militares estaduais, como “força auxiliar e reserva” do Exército, cujo modelo organizacional deveriam copiar, apesar de comandadas pelos governos estaduais eleitos. Mais que isso, forneceram o “modelo mental” para pensar a segurança pública, qual seja, a equiparação de ameaças à ordem pública, como o tráfico de drogas ilícitas ou os furtos e roubos, a “inimigos internos”, que devem ser eliminados pela força armada. Direitos civis seriam, por isso, meros obstáculos à eficiência policial, devendo por isso ser restringidos a uma parcela “merecedora” da cidadania (Bittencourt, 2013, 2015).

Esta pequena digressão histórica nos ajuda a delimitar as diferenças entre o autoritarismo burocrático das décadas de 1960 a 1980 e o novo autoritarismo populista, mas também elucidar em parte as origens da extrema-direita de massas do Brasil, especialmente o chamado “bolsonarismo”, que se apresenta como um movimento popular conservador, liderado pelo capitão do exército – e presidente entre 2019 e 2022 – Jair Messias Bolsonaro e por seus filhos. Bolsonaro, ao longo de toda a sua carreira, expressou veemente admiração pelos ditadores militares, e ataques radicais a todos os opositores da ditadura e aos governos civis eleitos, mas exibiu uma carreira política diferente. Aposentado compulsoriamente do Exército por indisciplina, foi eleito para sucessivos mandatos de Deputado Federal pelo Estado do Rio de Janeiro, nos quais se notabilizou mais pelas ofensas e alterações verbais contra adversários do que por projetos de lei. Visto de início como “folclórico” pela grande mídia, tornou-se aos poucos conhecido e popular em todo o país. Conseguiu transmitir parte da popularidade aos seus filhos, também eleitos para cargos nas casas legislativas municipal, estadual e federal. Nas eleições de 2018, se aproximou das elites financeiras, ao aderir a uma agenda de austeridade e privatizações, o que angariou a simpatia de setores empresariais. Mas foi, sobretudo, bem-sucedido no uso das mídias sociais e aplicativos de mensagens, que serviram de instrumento para persuadir e mobilizar uma ampla rede capilarizada de apoiadores e aliados por todo o país. O maior apelo foi entre os eleitores que expressam menor apoio à democracia e maior

identificação com visões autoritárias, conservadoras e religiosas evangélicas (Bonifácio; Machado; Madeira, 2022).

Enquanto o autoritarismo burocrático ascendeu por golpes de Estado, sob a liderança do alto escalão militar, e então usou a propaganda e a repressão como instrumentos para se manter no poder, o autoritarismo populista buscou na propaganda e nas eleições uma via para conquistar o poder, embora não escondesse o saudosismo do período ditatorial e o despreço pelas instituições democráticas. Por isso, a mobilização popular, a construção de uma base de apoio, do consentimento ativo de uma parte dos cidadãos, foi essencial para alçar Jair Bolsonaro à presidência do Brasil. O paradoxo de um autoritarismo que é ativamente desejado por muitos que lhe serão submetidos, cuja força flui parcialmente “de baixo para cima”, embora com uma agenda definida de cima para baixo, autocrática na forma e no conteúdo, nos remete à discussão sobre as motivações socioemocionais do autoritarismo (Adorno, 2019; Altemeyer, 1981).

A agenda da liderança de extrema-direita, portanto, logrou a conquista de um consentimento ativo, pois correspondeu a uma disposicionalidade autoritária, profundamente implantada no próprio tecido social e cultural. A discussão sobre o “autoritarismo socialmente implantado”, como diagnóstico da cultura política brasileira durante a transição e consolidação democráticas, foi formulada com base na constatação da naturalização das desigualdades sociais e do respaldo difuso de diversas violências, especialmente aquelas atribuídas a uma intenção punitiva e com base em hierarquias tradicionais de gênero, raça, religião, classe etc, o que se expressa no apoio à violência policial ou à “defesa da honra” por maridos violentos, por exemplo (Pinheiro, 1997). *Surveys* de pouco antes da eleição de 2018, inspirados na metodologia de Adorno, mostraram a ampla prevalência de crenças autoritárias na população brasileira (Lima et al, 2020), bem como um decréscimo na confiança na democracia e nas instituições, sendo que esta última mostrou associação significativa à votação em Jair Bolsonaro para a presidência (Bonifácio; Machado; Madeira, 2022). Por muitos anos, as lideranças e agenda autoritárias se expressaram, principalmente, na agenda punitivista e militarista da segurança pública e na hostilidade a diversos movimentos sociais e suas pautas (feminista, LGBT+, indígenas e quilombolas, ecológico, sindicatos de trabalhadores etc), mas ocuparam uma posição relativamente marginal nas coalizões eleitorais e governamentais. As eleições de 2018, de certa maneira acompanhando um movimento internacional, colocaram a extrema-direita no centro político-institucional novamente, desta vez por vias eleitorais.

3. Disposição autoritária e identidade social

A orientação ideológica do bolsonarismo o aproxima do perfil clássico dos movimentos autoritários de ultradireita, saudoso do autoritarismo militar e conservador do passado. Mas um diagnóstico atento às suas especificidades implica tanto na identificação daquilo que nele repete as versões anteriores, quanto no que extrapola e modifica em termos de seus meios e fins. O bolsonarismo pode ser classificado como autoritário tanto pela sua estratégia institucional, que visa implodir a democracia “por dentro”, quanto, com base na definição de autoritarismo por Theodor Adorno¹, nos aspectos subjetivos e emocionais. Nesse sentido, a orientação ideológica que norteia um ator ou grupo social constitui uma racionalização das disposições subjetivas pré-conscientes. De acordo com essa definição, a formação de uma personalidade se dá em função da situação histórica da estrutura social onde emergiu, tendo como base fundamental a constituição do Ego, instância psíquica que seria responsável por integrar a personalidade e regular a relação do indivíduo com a realidade e com suas pulsões libidinais (Adorno, 2019). Nas personalidades autoritárias, essa instância psíquica estaria desintegrada e, portanto, seria incapaz de realizar a mediação entre as pulsões provenientes do Id e as exigências estabelecidas pelo Superego. Tendo como base o caráter autoritário definido em âmbito pulsional, cada indivíduo pode buscar uma racionalização a partir de ideologias conservadoras ou liberais, o que revela uma relação dialética e complexa entre a ideologia racionalizadora e o caráter de uma personalidade (Adorno, 2019).

Nada obstante, é necessário adaptar a contribuição de Adorno (2019) a um estudo de nível macrossocial, sobretudo no que diz respeito ao conceito de “personalidade”, que carrega uma conotação excessivamente psicologizante em sua análise. Nesse caso, parece-nos especialmente oportuno recorrer à crítica elaborada por Altemeyer (1981) à contribuição de Adorno (2019). Nesse caso, convém destacar como Altemeyer (1981) problematiza a utilização de alguns dos conceitos basilares da análise de Adorno, dentre os quais se destacam o conceito de autoritarismo e a possibilidade de haver personalidades autoritárias. Antes de tudo, Altemeyer considera questionável a existência de personalidades com características autoritárias,

¹ No marco da teoria crítica de Adorno, mais especificamente no que se encontra em sua *Dialética negativa* (Adorno, 2009), é necessário considerar, metodologicamente, não apenas sua capacidade explicativa do presente, mas, especialmente, seus limites, algo que regularia as possibilidades de uma mera hipóstase teórica: o não-ídêntico. Traduzindo essa questão teórico-filosófica para o específico problema desse texto: haveria algo no bolsonarismo que não seja especificamente capturado pelas categorias tradicionais referentes ao autoritarismo ultradireitista?

sustentando ser possível suportar apenas a existência de uma coleção de atitudes autoritárias a serem mobilizadas pelos indivíduos, o que não varia apenas em função do caráter da personalidade, mas também por conta das circunstâncias sócio históricas enfrentadas pelos indivíduos. Isso quer dizer que é possível que indivíduos que não possuem uma personalidade autoritária possam se valer de atitudes autoritárias em função de situações sociais específicas, como uma crise socioeconômica, por exemplo. Além disso, Altemeyer também defende três variáveis correlatas que fundamentam uma atitude autoritária: a submissão (1) e a agressividade (2) frente à autoridade e ao convencionalismo (3). O primeiro fator indica a existência de tendências conservadoras contrárias à mudança. O segundo baseia-se numa agressividade ligada à necessidade de controlar o comportamento alheio através da punição e o terceiro, por fim, na tendência de aceitar de forma incontestada as normas socialmente convencionadas, o que resulta no desrespeito à diferença cultural. Toda atitude autoritária apresenta, de algum modo, a conjunção desses três fatores.

Partindo desses pressupostos, podemos destacar pelo menos dois aspectos que permitem a classificação do bolsonarismo como um fenômeno de massa de caráter autoritário. Primeiramente, trata-se de um grupo cuja atuação é orientada por uma demarcação radical entre aqueles que pertencem (*in-group*) ou não (*out-group*) ao movimento². Dito em outros termos, para um grupo autoritário, aqueles que pertencem ao movimento, não só são os únicos merecedores de confiança, respeito e consideração, como também contam com a completa leniência em relação a seus atos e discursos, sob qualquer circunstância e por mais absurdos que possam parecer àqueles que não participam do movimento. De outro lado, aqueles que não pertencem ao movimento são considerados indignos de confiança, respeito e consideração, além de serem potenciais alvos de agressão e perseguição pelos adeptos do movimento, o que se manifesta tanto no âmbito discursivo, quanto nas ameaças e atos de violência física³. Além

² A interpretação adornoiana a esse respeito é corroborada por leituras fundadas em outras estratégias interpretativas: autores como Hannah Arendt (*Origens do totalitarismo*), Carl Schmitt (*Teologia política*) e Philippe Lacoue-Labarthe e Jean-Luc Nancy (*O mito nazista*) atentam para o mesmo fenômeno, em algo que poderia ser entendido como paradigma político do amigo/inimigo. Em todo caso, se se encontram nesse aspecto, há que se salientar justamente o que os distingue, especificamente no que toca ao desenvolvimento da investigação da personalidade autoritária.

³ Como argumenta Adorno (2007), essa diferenciação entre o *in-group* e o *out-group* é típica de um grupo autoritário com caráter sadomasoquista, o que se dá em função de uma liquidação imperfeita do complexo de Édipo e se fundamenta em uma relação ambígua com a imagem paterna, em parte amada e em parte odiada. O amor mal resolvido pelo pai é projetado na idolatria do grupo, o que se manifesta no orgulho de fazer parte dele, enquanto que o ódio mal resolvido é canalizado contra inimigos escolhidos fora do grupo. A seção “Elementos de antissemitismo” da *Dialética do esclarecimento* é particularmente rica quanto a estes aspectos em seu primeiro elemento em que se refere às motivações psicológicas genéricas: já no primeiro elemento, o judeu, como inimigo

disso, outro aspecto disposicional que corrobora com a classificação do bolsonarismo como um grupo autoritário é o fato de os adeptos do bolsonarismo se pautarem em uma lógica de tipo paranóico. Segundo Adorno (2007), o tipo paranóide de personalidade autoritária está baseado em uma identificação com autoridades opressoras, o que constitui um meio através do qual os indivíduos poderiam canalizar sua agressividade contra si, manifestando-se tanto pela necessidade de obedecer aos mais fortes (*in-group*) quanto pelo ímpeto de violentar os indivíduos externos ao seu grupo de identificação (*out-group*). Assim, a identidade autoritária do indivíduo com o grupo e seu líder implica em ver os “outros”, não membros, como uma ameaça conspiradora e como um alvo de agressão, alimentando um discurso de ódio intenso e sistemático.

4. Narrativas conspiratórias e a política viral

Destaca-se no bolsonarismo a construção discursiva de “realidades paralelas”, simplistas e fáceis, que impedem que os adeptos de movimentos autoritários desse tipo passem por qualquer confrontação com a realidade complexa. É isso que está na base das assim chamadas “teorias da conspiração” que marcam o movimento bolsonarista, sem as quais nem o dualismo entre “bem” (*in-group*) e “mal” (*out-group*), nem a deformação paranóica da realidade teriam sustentação (Cardoso et al., 2021; Cavalcante, 2021), pois supõem o esmagamento das capacidades reflexivas individuais. Seguindo a oposição “*in-group*” e “*out-group*”, o bolsonarismo tem como base um claro dualismo entre o bem e o mal, pólos que, embora opostos, se complementam (Cardoso et al., 2021). A partir desse dualismo, o bolsonarismo não só divide o mundo entre pessoas que representam o “bem” (Jair Bolsonaro e seus filhos e aliados, Donald Trump etc) e pessoas que representam o “mal” (antigos desafetos, ex-aliados e opositores, com destaque para o Presidente Lula), quanto também qualquer outra coisa que possa ser inscrita na lógica desse dualismo. Nesse caso, merece destaque a posição assumida por medicamentos comprovadamente ineficazes no combate à Covid-19 no pólo do “bem”, como a cloroquina e a ivermectina. Esses medicamentos foram amplamente defendidos por Bolsonaro e seus seguidores, o que permitiu a inscrição de todos aqueles que rechaçaram a sua eficácia no combate a essa doença no pólo antagônico, do “mal” (Cardoso et al., 2021).

A divisão entre o “bem” (*in-group*) e o “mal” (*out-group*) que fundamenta a lógica de funcionamento do bolsonarismo só se sustenta em função de uma poderosa deformação

escolhido, é nominalmente fragilizado pelas referências à “antirraça”, “raça inferior”, “mal absoluto” (Adorno, 1997, pp. 139-140).

paranóica da realidade, o que alguns autores classificaram como uma *storyworld* (Cardoso et al., 2021). A teoria conspiratória que elevou a cloroquina e outros medicamentos à condição de solução mágica para o combate à Covid-19 constitui um dos exemplos mais contundentes da lógica de funcionamento do bolsonarismo, sobretudo porque revela sua poderosa capacidade de negar a realidade (Cavalcante, 2021), mesmo frente a uma pandemia que vitimizava centenas de milhares de pessoas apenas no Brasil.

Essas teorias da conspiração conseguiram se difundir de forma eficaz pela sociedade brasileira, o que permitiu a propagação da crença na cloroquina como medicamento eficaz no combate à Covid-19, além de outras narrativas que se mostraram igualmente contraproducentes no enfrentamento à pandemia do Novo Coronavírus (Malebra; Fernandes, 2021). Para tanto, o bolsonarismo contou com uma poderosa articulação entre estratégias comunicacionais da nova (redes sociais) e da velha mídia (rádio e televisão) (Malebra; Fernandes, 2021; Stabile; Bülow, 2021), conduzida e disseminada a partir de um núcleo de comando (Cavalcante, 2021). Nada obstante, sua recepção na sociedade se explica também pela receptividade, sobretudo porque essas narrativas apresentam um enredo muito mais simples e livre de contradições do que as complexas explicações científicas. Alguns autores chamaram a atenção para o papel desempenhado pelo mecanismo da insinuação nas teorias conspiracionistas dos bolsonaristas: ao invés de propor respostas contundentes, essas teorias da conspiração se restringem a insinuar respostas, que não são comprovadas ou sequer explicadas, mas servem como substitutos das explicações necessariamente complexas para os problemas sociais, sobretudo quando relacionados a um evento tão desconhecido quanto a Covid-19 (Malebra; Fernandes, 2021). No entanto, o processo democrático depende da verificação dos fatos e do debate racional, o que carrega um fardo da explicação que costuma ser tangenciado por teorias conspiratórias, tornando a adesão a movimentos autoritários muito mais confortável (Malebra; Fernandes, 2021). Com isso, não só a realidade é negada e negligenciada, como as próprias instituições democráticas começam a ser irremediavelmente enfraquecidas (Malebra; Fernandes, 2021; Cavalcante, 2021).

Esses traços são particularmente importantes para a vinculação do bolsonarismo ao *modus operandi* clássico do autoritarismo, especialmente ao interregno das duas guerras mundiais. A literatura a respeito desse período chama a atenção para as tendências de (i) declínio democrático, tanto em termos de número quanto em termos de atividade institucional (Hobsbawn, 1995; Kershaw, 2003), (ii) declínio e fortalecimento de sentimentos avessos à

ciência (Lepenes, 1996) e (iii) massificação e agenciamento político por narrativas conspiratórias pseudo-conservadoras na forma do “mito político” (Lacoue-Labarthe; Nancy, 2002; Kershaw, 2003; Arendt, 2012). Uma subjetividade esmagada pela guerra enfrenta condições semelhantes ao presente: um comportamento conservador *sui generis*, capaz de inventar – por isso a presença do “mito” político – aquilo mesmo que pretende conservar. As teorias conspiratórias são esse “mito” político com propriedades adequadas à galvanização de uma identidade popular única, convergente (massa), que se opõe claramente à ciência e à democracia, que comportam, por sua vez, uma multiplicidade de aspectos e priorizam dimensões de pluralidade.

Além do conteúdo disposicional do autoritarismo, há elementos relativos aos meios que importam na análise e no diagnóstico do autoritarismo de tipo bolsonarista, particularmente expressos em sua forma de lidar com a pandemia. Sublinhe-se que a estratégia da “imunidade de rebanho” possui afinidades eletivas com o discurso econômico-social de livre-mercado e darwinismo social, que informou a direção do Governo Bolsonaro na política econômica, representada pelo “super-ministro” da economia Paulo Guedes: deixar o vírus circular, contaminar o máximo possível no menor prazo, para que a população desenvolva rapidamente a imunidade natural, sem a necessidade de imposição de restrições coercitivas sobre o livre-mercado e de maiores custos fiscais com o desenvolvimento e produção massiva de vacinas e leitos hospitalares, mesmo que o resultado seja a mortalidade e sequelas massivas e evitáveis dentre as camadas mais física e socialmente vulneráveis. A estratégia da “imunidade de rebanho” combinaria, assim, a austeridade fiscal, a defesa do livre-comércio contra o “intervencionismo”, a seleção natural dos mais aptos (à economia de mercado) e a eliminação dos fracos. Não por acaso, a ideia não foi defendida por profissionais da área-fim do Ministério da Saúde, que recomendaram o alinhamento à Organização Mundial da Saúde (OMS), mas no Ministério da Economia, por assessores diretos do ministro Paulo Guedes (Pompeu, 2021). É preciso sublinhar que a opção pela “imunidade de rebanho” também se encontra explicitada em uma série de atos normativos (decretos, medidas provisórias, portarias etc), bem como declarações públicas diversas do Presidente da República, que atacou o uso de máscaras, o isolamento social e as vacinas, defendendo medicamentos sem eficácia comprovada contra a Covid-19, mas com efeitos colaterais graves, como a hidroxicloroquina, e sempre frisando que a prioridade era proteger a economia de mercado contra a interferência de prefeitos e governadores, mesmo que em prol da saúde coletiva (Conectas, 2021).

Não se deve compreender, porém, esta insistência em uma chave “economicista”: é evidente que o alastramento da Covid-19, por si mesmo, causou enorme dano econômico, e medidas alternativas de socorro financeiro a trabalhadores e empresas foram tomadas pelo Congresso, prefeitos e governadores, com razoável sucesso. A preocupação com “a economia” foi antes um meio para a imposição da agenda política central do governo: a guerra cultural, reafirmada tanto pelos ataques à restrição estatal de negócios privados e condutas de risco, à autonomia da ciência e à priorização da saúde coletiva e proteção dos mais vulneráveis, quanto pela promoção de uma visão estreita de “liberdade” individual e das narrativas conspiracionistas sobre a origem e o sentido do coronavírus humano (Cesarino, 2021; Conectas, 2021; Araújo; Carvalho, 2021). Com isso, os bolsonaristas, liderados por Jair Bolsonaro, colocaram em curso um poderoso processo concomitante de negação e de produção para lidar com a pandemia do Novo Coronavírus (Cavalcante, 2021). De um lado, o Presidente (e seu séquito) baseou seus discursos e ações na negação da ciência e da gravidade da pandemia, desestímulo ao uso de máscaras de proteção e campanha contra o isolamento social (Cavalcante, 2021; Fernandez; Oliveira, 2021). De outro lado, o Presidente da República e os bolsonaristas também propagaram tratamentos reconhecidamente ineficazes ao combate à Covid-19, como a cloroquina e a ivermectina, além de: demitir Ministros da Saúde com expertise na área médica e substituí-los por um oficial militar sem qualquer experiência ou formação na área de saúde; questionar a eficácia ou alertar para supostos perigos relacionados à vacinação; boicotar iniciativas concretas de vacinação, sobretudo aquelas capitaneadas por alguns governadores de estados da Federação; implementar a contragosto o auxílio emergencial; defender a virilidade e a ética do trabalho duro para superar as contrariedades advindas com a pandemia (Cavalcante, 2021; Freitas; Negreiros, 2021; Fernandez; Oliveira, 2021). O argumento que sustentamos neste artigo é que é possível vincular a proliferação acelerada do coronavírus no Brasil à adesão ao bolsonarismo, o que buscaremos demonstrar a partir da correlação, por unidade da federação, entre o apoio a Bolsonaro no primeiro turno das eleições de 2018 e os índices de mortalidade por Covid-19 e por síndrome respiratória aguda grave (SRAG). A seguir, demonstramos os princípios metodológicos que norteiam esta hipótese.

5. Metodologia

Tendo como fundamento os pressupostos teóricos apresentados nas seções anteriores, realizamos um estudo de corte transversal com método dos mínimos quadrados ordinários, com os Estados e Distrito Federal do Brasil. A variável dependente é composta pelas mortes

resultantes de infecção por Covid-19 e síndromes respiratórias não especificadas, em 2020 e 2021, não incluindo, por isso, mortalidade excessiva em geral. Todas as variáveis independentes datam de um período anterior à pandemia, para afastar o problema de terem sido impactadas pela pandemia ou pelas medidas tomadas para contê-la. Os dados foram obtidos do endereço eletrônico das respectivas fontes e tabulados com o *Libreoffice Calc*. Optamos por usar a soma do número de mortes por Covid-19 e por síndrome respiratória aguda grave (SRAG), em atenção às evidências de que estas últimas são, em sua esmagadora maioria, mortes por Covid-19 subnotificadas. Esta suposição tem como base o aumento súbito destas mortes coincidindo com o advento da pandemia no Brasil, passando de poucos milhares anuais nos anos anteriores para dezenas de milhares em 2020 e 2021 (Orellana et al, 2021). As variáveis selecionadas para compor o modelo foram as seguintes:

Quadro 1: Variáveis utilizadas

Variável	Descrição, relevância e sinal esperado do efeito	Fonte
PIB per capita 2019	Produto Interno Bruto por habitante, representa o nível de riqueza de um Estado, em 2019. Maior renda propicia arrecadação, com mais recursos para gastar na saúde (sinal esperado negativo).	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); IPEADATA
Voto Bolsonaro 1 turno (%)	Percentual de votos válidos no candidato Jair Bolsonaro no primeiro turno da eleição presidencial de 2018, representando o nível de adesão e apoio político local à agenda e lideranças de extrema-direita (sinal esperado positivo)	Tribunal Superior Eleitoral (TSE)
Gini 2019	Índice Gini de desigualdade da distribuição da renda domiciliar per capita, representando a desigualdade de renda, em 2019 (sinal esperado positivo)	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); IPEADATA
mortalidade infantil 2019	taxa anual de mortes infantis a cada mil nascidos vivos, representando um indicador geral de condições de vida e bem-estar social, em 2019 (sinal esperado positivo)	Sistema de Informações de Mortalidade (SIM-DATASUS)

Variável	Descrição, relevância e sinal esperado do efeito	Fonte
despesa estadual e municipal per capita em saúde 2015-2019	média dos últimos cinco anos (2015-2019) despesa estadual e municipal per capita na função saúde e saneamento , representando a capacidade instalada de provisão de serviços de saúde, inclusive formação de capital fixo por investimentos acumulados (sinal hipotético negativo)	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria do Tesouro Nacional (STN)-Ministério da Fazenda e IPEADATA
taxa covid+SRAG	número de mortes confirmadas por covid-19 e por síndrome respiratória aguda grave (SRAG) por 100 mil habitantes em 2020 e 2021 (variável dependente), CID-10 U09.9 (covid) e U04.9 (SRAG)	Registro Civil; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Fonte: Os autores, 2024.

Os procedimentos adotados foram os seguintes, utilizando o GRETLL (*Gnu Regression, Econometrics and Time-series Library*):

a) análise descritiva e exploratória, por meio de medidas descritivas básicas, como a média, desvio-padrão, máximos e mínimos, para cada um dos indicadores;

b) a construção, por meio do método dos mínimos quadrados ordinários, de uma análise de regressão linear bivariada entre a principal variável preditora, a adesão e apoio ao bolsonarismo, e a variável dependente, a taxa de mortes por Covid-19 por 100 mil habitantes em 2020 e 2021;

c) produção de um modelo no qual o efeito estatístico da votação em Bolsonaro no 1º turno sobre a mortalidade por Covid-19 e SRAG é controlado pelo PIB, utilizando os resíduos da regressão de ambas as variáveis pelo PIB estadual per capita;

d) a construção de uma tabela de modelos lin-lin⁴, obtidos por meio de adição sequencial de variáveis de controle ao modelo bivariado.

Pela nossa hipótese empírica principal, a taxa de mortalidade por covid-19 e Síndrome Respiratória Aguda Grave é uma função linear da votação de Bolsonaro no 1º turno de 2018,

⁴ A forma funcional lin-lin foi validada pelo teste RESET de Ramsey, que mostrou resultados melhores que a forma log-lin e log-log

esta entendida como uma medida da influência política e apoio popular à figura e ao seu discurso.

O objetivo do último procedimento foi testar até que ponto a conexão entre a adesão e apoio locais à candidatura de Bolsonaro foram capazes de predizer a mortalidade por covid-19, mesmo controlando por outros fatores considerados relevantes *a priori*. Dessa maneira, a estratégia de “imunidade de rebanho”, mobilizando a influência e rede de apoio de massas ao seu líder em cada contexto local, induziu comportamentos de risco que teriam aumentado a mortalidade, mas não de maneira uniforme pelo país, pois tal impacto teria sido mediado pela adesão de massa ao discurso e agenda política bolsonarista, observável pelo resultado eleitoral obtido pela candidatura presidencial de Bolsonaro ainda no 1o turno de 2018.

Além de evidências quanto à existência do efeito, também foi possível estimar o tamanho do efeito, e, por conseguinte, uma estimativa de quantas mortes podem ter sido precipitadas pela estratégia da “imunidade de rebanho”, ao menos no que se refere a efeitos não homogêneos por todo o território nacional e devidos à penetração do discurso negacionista entre a população dos Estados e Distrito Federal.

6. Resultados

Na média, Bolsonaro obteve 42% dos votos válidos no primeiro turno, variando entre 17% e 61%. A única variável com maior dispersão foi o Produto Interno Bruto estadual per capita, que teve em média o valor um pouco abaixo de 15 mil reais. Constatamos, ainda, uma baixa variação da desigualdade de renda entre as unidades, no ano de 2019. A seguir, as medidas descritivas (variáveis em linha, medidas em colunas):

Quadro 2: Dados e estatísticas descritivas dos Estados brasileiros

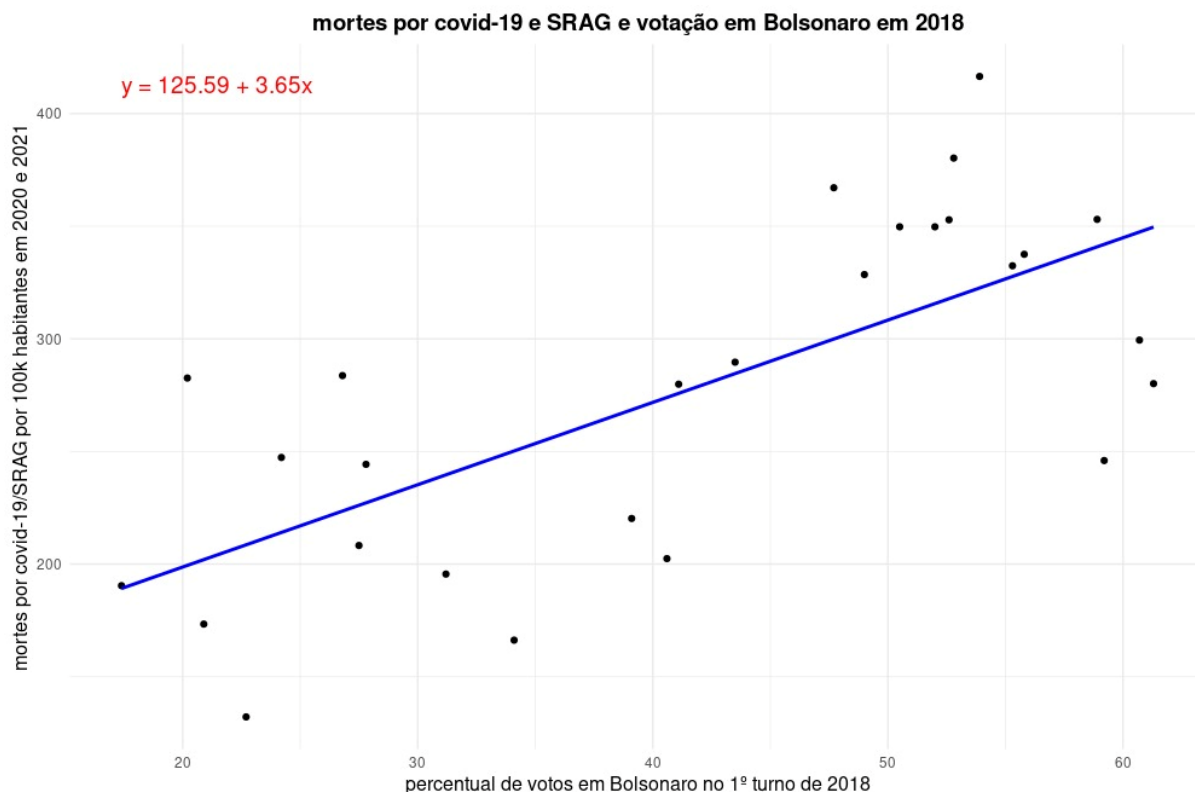
Variável	Média	Mediana	Desvio-padrão.	Mín	Máx
PIB per capita 2019	R\$ 15.000,00	R\$ 12.500,00	R\$ 8.000,00	R\$ 6.780,00	R\$ 45.800,00
Voto Bolsonaro 1 turno (%)	41,7	43,5	14,3	17,4	61,3
Gini_2019	0,524	0,53	0,0432	0,42	0,58
mortalidade infantil 2019	13,1	12,7	2,59	8,5	18,8

despesa estadual e municipal em saúde 2015-19	R\$ 1.370,00	R\$ 1.350,00	R\$ 260,00	R\$ 898,00	R\$ 2.000,00
taxa covid	265	267	77	110	398
taxa covid+SRAG	278	283	74,7	132	416

Fonte: IBGE (2019a, 2019b, 2021); IPEADATA (2019); TSE (2018); STN (2019); Registro Civil (2022). Elaboração ou organização: Os autores, 2024.

A votação em Bolsonaro no primeiro turno, isoladamente, explica 47% da variância da mortalidade por Covid-19 e SRAG entre as unidades federativas, de maneira que a cada 1% de voto recebido por Bolsonaro no 1º turno, mais 3,65 mortes por 100 mil habitantes ocorreram devido à Covid-19 e SRAG. Abaixo, o gráfico de dispersão:

Figura 1: regressão bivariada do efeito do “bolsonarismo” sobre a mortalidade por covid-19

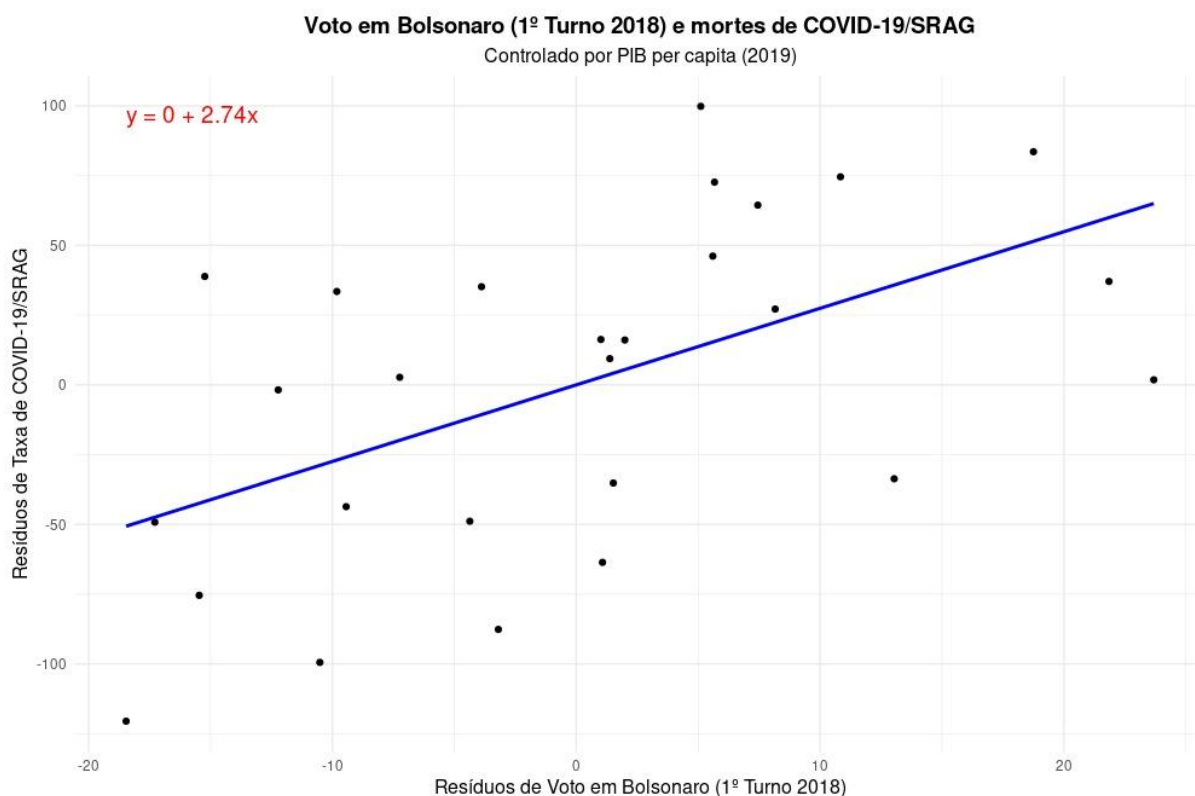


Fonte: Registro Civil (2022); IBGE (2021); TSE (2018). Elaboração: autores, 2024.

Uma hipótese relevante é que esta conexão se deve à menor subnotificação nas unidades federativas mais ricas, que possuiriam, por terem maior renda, maior capacidade de testagem, reduzindo a subnotificação, além de terem uma maior proporção de viagens de avião vindas do

exterior (turismo de classe alta, viagens a negócio etc). Em contrapartida, tais unidades federativas também teriam maiores condições para prover serviços médicos para os enfermos, incluindo compras estaduais de vacinas, criação de leitos hospitalares, campanhas informativas, etc. De fato, o controle pela renda estadual per capita reduziu em 0,91 o coeficiente, de modo que, a cada 1% de votação em Bolsonaro no 1º turno, controlado pela renda per capita da unidade federativa, cresce em 2,74 o número de mortes por 100 mil habitantes causadas pela covid-19 e SRAG. Ou seja, apesar da redução do efeito, este manteve-se significativo, o que pode ser visto como uma mediação: a renda per capita impactou a mortalidade, em parte, por meio da maior votação em Bolsonaro em cada Estado. Na Figura 2, vemos o efeito da votação em Bolsonaro no 1º turno controlada pela renda estadual per capita:

Figura 2: efeito do “bolsonarismo” sobre a mortalidade por covid-19 e SRAG, controlado pela renda estadual per capita de 2019



Fonte: Registro Civil (2022); IBGE (2021); TSE (2018); Elaboração: autores, 2024.

Ampliamos a análise, logo abaixo, para incluir outros controles. A mortalidade infantil é um controle da efetividade e nível de bem-estar na unidade federativa, representando um conjunto de condições de vida potencialmente perigosas que poderia agravar o alastramento das infecções de Covid-19 e SRAG, enquanto a desigualdade de renda medida pelo índice Gini contribui para observar possíveis efeitos da segmentação do mercado de trabalho e acesso a

renda. A despesa estadual e municipal per capita média em saúde entre 2015 e 2019 pretende medir o financiamento do pessoal e equipamentos empregados nos serviços médico-sanitários locais. Como é fácil ver, a votação em Bolsonaro no 1º turno foi a única variável que se manteve significativa em todos os modelos, e a adição das demais variáveis reduziu em, no máximo, 1 o efeito linear, e acrescentou no máximo 0,5 à variância explicada. Considerando o modelo com o maior coeficiente de explicação, o II, e considerando uma média observada de 41,7% de votos no primeiro turno, teríamos, se Bolsonaro tivesse 0% de apoio político, um decréscimo de 114 na taxa de mortes por 100 mil habitantes por covid-19 e SRAG entre 2020 e 2021, o que representaria, aproximadamente, 242.139 mortes a menos, podendo chegar a 322.557 se considerarmos o primeiro modelo. Em resumo, o apoio eleitoral obtido em 2018 por Bolsonaro, no 1º turno, é o principal preditor do nível de mortalidade causado pela pandemia de covid-19 e SRAG entre as unidades federativas do Brasil, como é possível observar logo abaixo, no qual comparamos modelos de regressão linear começando com um simples, que traz apenas o indicador de apoio ao bolsonarismo, com adição sucessiva das variáveis de controle:

Quadro 3: Estimativas MQO. Variável dependente: taxa covid+SRAG

	(I)	(II)	(III)	(IV)	(V)
constante	1,3e+02***	1,2e+02***	1,6e+02**	1,1e+02	2,3e+02**
	(33)	(31)	(56)	(1,7e+02)	(91)
	[0,00]	[0,00]	[0,01]	[0,53]	[0,02]
Voto em Bolsonaro 1o Turno 2018	3,7***	2,7***	3,2***	3,4**	3,2***
	(0,74)	(0,87)	(1,1)	(1,3)	(1,1)
	[0,00]	[0,00]	[0,01]	[0,01]	[0,01]
PIB per capita 2019		0,0028*	0,0030*	0,0030*	0,0018
		(0,0016)	(0,0016)	(0,0016)	(0,0020)
		[0,08]	[0,07]	[0,08]	[0,37]

despesa estad munic saúde 2015			-0,043	-0,048	-0,032
			(0,056)	(0,059)	(0,056)
			[0,45]	[0,43]	[0,58]
Gini 2019				87	
				(3,0e+02)	
				[0,77]	
mort infantil 2019					-5,5
					(5,1)
					[0,30]
N	27	27	27	27	27
Adj. R ²	0,47	0,52	0,51	0,49	0,51
lnL	-1,5e+02	-1,4e+02	-1,4e+02	-1,4e+02	-1,4e+02

Erros padrão entre parênteses
p-valores entre colchetes
* significativo ao nível de 10 por cento
** significativo ao nível de 5 por cento
*** significativo ao nível de 1 por cento

Fonte: os autores, 2024.

7. Discussão dos resultados

Dessa maneira, os resultados empíricos quantitativos corroboram amplamente a hipótese empírica e complementam os estudos qualitativos sobre o bolsonarismo e sua gestão da pandemia de Covid-19. O grau de sucesso político da estratégia bolsonarista, constituída por sua rede de comunicação massiva em tempo real e favorecida pela desconfiança na democracia, traduziu-se, primeiramente, pela acachapante vitória eleitoral de 2018, por pouco não liquidada no primeiro turno e, posteriormente, pela adesão à estratégia da “imunidade de rebanho”. A este respeito, deve-se frisar que a aparente arbitrariedade que guiou a preferência pela “imunidade de rebanho”, em detrimento da adoção dos protocolos preventivos recomendados pela

Organização Mundial da Saúde e por especialistas do próprio Ministério da Saúde, torna-se inteligível à luz dos pressupostos ideológicos do bolsonarismo.

Destacamos que os resultados mostraram razoável robustez, dentro das limitações metodológicas do estudo, ao atestar que o percentual de votos em Bolsonaro no primeiro turno, sozinho, explica mais de 45% da variância da mortalidade por Covid-19 e Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) entre os Estados brasileiros, e manteve a significância, o sinal e o coeficiente mesmo com a adição de variáveis de controle. Dessa forma, constatamos que o governo Bolsonaro não apenas perseguiu uma estratégia de “imunidade de rebanho”, mediante numerosas intervenções legais e discursos públicos (entrevistas, pronunciamentos, declarações etc) ou “subterrâneos” (difundidos dentre as redes de apoiadores por meio do WhatsApp e mídias sociais), tanto do próprio presidente Jair Bolsonaro quanto por seus familiares e aliados políticos próximos. Esta opção pela imunidade de rebanho teve um certo cálculo estratégico, na medida em que buscava um meio rápido e barato de acabar com a pandemia, com base na esperança (cientificamente injustificada) de alcançar uma imunidade coletiva natural pela contaminação massiva e rápida, evitando o desgaste com o custo econômico que resultaria da adoção de medidas restritivas. Mas possui uma afinidade eletiva com o ideário econômico-social e a hostilidade anticientífica bolsonarista, e uma funcionalidade para o reforço simbólico da contraposição entre *in-group* e *out-group*, mantendo a base mobilizada e legitimando a resposta à pandemia dentro da agenda mais ampla de redução do Estado, desproteção social e promoção de “valores tradicionais” patriarcalistas. Algumas das opções, como a de promover e distribuir remédios sem eficácia comprovada, como a hidroxiquina, ou atacar o uso de máscaras e evitação de aglomerações, dificilmente são inteligíveis à luz, apenas, do fator econômico, da busca por acabar mais rápido com a pandemia pela contaminação rápida de toda a população. Por isso, é importante considerar outras motivações, entre as quais a lógica política e ideológica de buscar a constante mobilização e radicalização dos apoiadores, dirigir a formação da opinião popular em todos os assuntos, e lançar em descrédito e hostilidade qualquer discurso, mesmo científico-natural, que não fosse francamente alinhado ao governo. Tudo isso só foi possível porque, além da divisão maniqueísta do mundo, o bolsonarismo está assentado em uma construção delirante da realidade, uma narrativa de conspiração cuja construção só é possível em função da manipulação e distorção de mecanismos psicossociais que estruturam a personalidade humana.

A estratégia política de reação à pandemia de Covid-19, também denominada estratégia de “imunidade de rebanho”, foi construída e implementada com base nesses princípios.

O que constatamos, a par disso, utilizando métodos quantitativos, foi a trágica efetividade política de tal estratégia, e seu imenso custo social e humano, exemplificado (mas não redutível) a centenas de milhares de mortes evitáveis. A efetividade política da estratégia bolsonarista, que elegeu e manteve o governo, quase o reelegendo, com base numa constante mobilização da sua base radicalizada, em suma, traduziu-se em altas taxas de mortalidade por Covid-19 e SRAG. Até mesmo fatores que poderiam ter sido decisivos, como a trajetória recente de despesas estaduais e municipais em saúde ou o nível de desigualdade econômica, acabaram tornando-se secundários, frente à proeminência da “variável política” representada pela capacidade de mobilização bolsonarista por todo o Brasil, mas especialmente em uma parcela dos Estados, nos quais o sucesso político já se expressou no 1º turno de 2018. E mesmo considerando as limitações que a legalidade democrática e federalista impôs à política da “imunidade de rebanho”, pois governadores e prefeitos tiveram relativa autonomia legal para conduzir políticas mais restritivas, na contramão do Executivo Federal, o mesmo ocorrendo com o Congresso Nacional, no qual a oposição parlamentar pressionou pela implementação de medidas protetivas prognosticadas pela Organização Mundial da Saúde. É possível, porém, que autoridades estaduais e municipais tenham sofrido mais pressão contrária às medidas restritivas, além de terem enfrentado menor adesão popular e maior resistência difusa contra a promoção de medidas preventivas nos Estados onde Bolsonaro obteve mais votos no 1º turno, em 2018. Este processo também se apresenta como um interessante caso sobre a influência que discursos negacionistas e anticientíficos podem ter sobre a agenda, formulação e decisão de políticas públicas. A estratégia de guerra cultural, mobilização e radicalização permanente pela restauração de “valores tradicionais” expôs as instituições de ensino e científicas à hostilização pelo próprio Poder Executivo Federal, ao mesmo tempo em que a agenda econômico-social do mesmo governo tinha entre suas metas o Estado mínimo, implicando no desfinanciamento e tutela ideológica das instituições científicas, sanitárias e educacionais. Estas políticas culturais e econômicas cortaram a comunicação e cooperação entre governo e pesquisadores, facilitando o acesso de grupos até então marginalizados na comunidade científica aos centros de decisão, simplesmente por estarem alinhados ao governante de plantão. Uma vez decidido pela “imunidade de rebanho”, ela foi implementada pela produção de normas jurídicas e administrativas e pelo discurso público (Conectas, 2021), este último hiper-difundido e

reforçado pelo “discurso subterrâneo” por meio de aplicativos de mensagens e mídias digitais (Malebra; Fernandes, 2021; Cavalcante, 2021). De acordo com os modelos estatísticos apresentados neste trabalho, foi exatamente a comunicação política bolsonarista, articulando discursos públicos e “subterrâneos”, que logrou produzir a maior letalidade pela pandemia de Covid-19 no Brasil.

Dentre as limitações deste trabalho, podemos apontar possíveis enviesamentos devido ao nível de análise. Embora o uso do município pudesse ser uma alternativa interessante, seria mais vulnerável a efeitos de “transbordamento”. Por exemplo, um município próximo de outro, sendo um deles fortemente bolsonarista, e o outro não, poderia levar a uma contaminação por proximidade, na medida em que pessoas que circulam entre um e outro levaram o vírus rapidamente entre os limites municipais. Por outro lado, resultados estaduais podem ser trazidos para um sentido ou outro devido a alguns casos díspares, como, por exemplo, municípios mais populosos e fortemente bolsonaristas ou atingidos pela Covid-19 podem ter trazido o resultado para um sentido ou outro. Os resultados também poderiam sugerir, erroneamente, que os bolsonaristas foram as principais vítimas letais da Covid-19, o que não é necessariamente verdade. Embora tenhamos mencionado isso, não é demais reforçar que as camadas socioeconômicas mais vulneráveis à mortalidade por Covid-19 e SRAG não necessariamente são as mais bolsonaristas. Deve-se tomar cuidado com a inferência ecológica, neste sentido, pois, embora a negligência com as medidas de prevenção individual tenha sido difundida por Bolsonaro e seus apoiadores, a estratificação socioeconômica, independente da opção ideológica ou eleitoral, teve forte influência nos diferenciais de mortalidade entre grupos. O desprezo pelo perigo biológico representado pelo vírus vitimizou terceiros que, devido à necessidade econômica, precisavam enfrentar riscos diários de contaminação no trabalho, no transporte coletivo e nas poucas opções de lazer disponíveis, etc, muitas vezes recebendo informações contraditórias e distorcidas sobre a eficácia e segurança de máscaras, medicamentos e vacinas, com dificuldades para acessar meios de higiene, com a saúde já bastante comprometida pelas dificuldades da labuta cotidiana, residindo em casas ou apartamentos superlotados, ou mesmo nas ruas. Em outras palavras, é como se o vírus tivesse usado o discurso e ação políticas da extrema-direita para se reproduzir e propagar, mas sem fazer qualquer distinção sobre a ideologia de quem infectou, adoeceu e matou.

8. Considerações finais

Com base no modelo mais conservador (menor coeficiente para o efeito da votação em Bolsonaro sobre a mortalidade por Covid-19 e SRAG), estimamos que o impacto comportamental do discurso e da política de “imunidade de rebanho”, que mobilizou, além do poder político-administrativo discricionário do Executivo Federal, as mesmas redes de apoio político e ideológico que garantiram uma votação média de 41% no 1º turno, levou a 225 mil mortes a mais do que seriam esperadas em um cenário contrafactual de 0% de apoio a Bolsonaro, ou de uma opção totalmente diferente do então Presidente da República. Quase metade das diferenças de mortalidade por Covid-19 e SRAG entre as unidades federativas brasileiras foi explicada pela votação de Bolsonaro no 1º turno. As evidências quantitativas e qualitativas sugerem que a penetração político-ideológica da estratégia adotada pelo Presidente da República relativamente à pandemia foi o fator mais decisivo para a explicação do impacto da pandemia de Covid-19.

O fator político na mortalidade de Covid-19 operou por meio do boicote às medidas preventivas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde e pela adesão popular à estratégia bolsonarista da “imunidade de rebanho”. Conforme as fontes primárias e secundárias citadas neste trabalho, a opção pela “imunidade de rebanho” prolonga a “guerra cultural” bolsonarista (negacionismo anticientífico e conspiracionismo), se articula à agenda econômico-social (prioridade da “economia” sobre a saúde e eliminação dos “fracos” pelo vírus), atendendo a conveniências políticas (desresponsabilização do Executivo Federal diante da emergência sanitária, econômica e humanitária trazida pela pandemia). O impacto desta estratégia foi proporcional à adesão popular ao projeto de poder bolsonarista, expresso pela votação em Bolsonaro no 1º turno presidencial de 2018.

É preciso, porém, levar em conta as limitações destes resultados. O uso do desenho de corte transversal, dada a limitação de dados disponíveis, em especial a impossibilidade fática de usar dados em painel com as variáveis utilizadas, torna a interpretação causal do modelo quantitativo bastante incerta, ainda que seja consistente com as evidências qualitativas trazidas à baila. A ligação entre a adesão popular ao bolsonarismo e o boicote às medidas preventivas (ou até a aceleração intencional da difusão do vírus), dessa maneira, pode ter matizes mais sutis. Por exemplo, até que ponto esta ligação se deu por condutas individuais que negligenciaram deliberadamente a proteção própria e das pessoas próximas (não usar máscaras, aglomerar-se, não higienizar as mãos, não buscar a vacinação etc), e até que ponto resultou da pressão política

local contra a tomada de medidas mais duras por autoridades estaduais e municipais? Prefeitos e governadores podem ter evitado confrontar abertamente o discurso presidencial bolsonarista, com medo do desgaste com eleitores e aliados políticos de Bolsonaro nos Estados e municípios. Tais limitações sugerem possíveis aprofundamentos na questão do nexos entre política e saúde.

Referências

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ADORNO, T. **Dialética Negativa**. Tradução de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Zahar, 2009

ADORNO, T. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. Tradução de Verlaine Freitas. São Paulo: Editora UNESP, 2015

ADORNO, T. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. Tradução de Virgínia Helena Ferreira da Costa, Francisco López Toledo Corrêa e Carlos Henrique Pisardo. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

ALTEMEYER, Bob. **Right-Wing Authoritarianism**. Manitoba/CA: University of Manitoba Press, 1981

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARAÚJO, M., CARVALHO, A. Autoritarismo no Brasil do presente: bolsonarismo nos circuitos do ultraliberalismo, militarismo e reacionarismo. **Revista Katálysis**, 2021, 24, p. 146-156. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75280>

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda**. Razões e Significados de uma Distinção Política. São Paulo: Editora UNESP, 1995

BONIFÁCIO, R., MACHADO, Y., MADEIRA, G. Do baixo clero à Presidência da República: explicando o voto em Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018. **Revista SAAP: Sociedad Argentina de Análisis Político**, 2022, v.16, n.2, p. 261-288. DOI: <https://doi.org/10.46468/rsaap.16.2.A2>

CARDOSO, T., GOMES, R., NAKAGAWA, F., NAKAGAWA, R. A pílula mágica da gripezinha: a narrativa da cloroquina nos grupos bolsonaristas de WhatsApp durante a pandemia de Covid-19. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**. 2021, 23 (2), p. 175-189. DOI: 0.4013/fem.2021.232.12

CAVALCANTE, S. A condução neofascista da pandemia de Covid-19 no Brasil: da purificação da vida à normalização da morte. **Calidoscópio**. 2021, 19 (1), p. 4-17. DOI: [10.4013/cld.2021.191.01](https://doi.org/10.4013/cld.2021.191.01)

CESARINO, L. As Ideias Voltaram Ao Lugar? Temporalidades não lineares no neoliberalismo autoritário brasileiro e sua infraestrutura digital. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 34, p. e021022, 2021. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.44377>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/44377>.

CODATO, A. N. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**. 2005, n.25, p. 83-106. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782005000200008>

CONNECTAS. Boletim n. 10: **Direitos na pandemia**. Mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à covid-19 no Brasil. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/01/boletim-direitos-na-pandemia.pdf>. Acesso em: 31 out. 2022.

DUARTE, R (2010). **Indústria cultural**: uma introdução, Rio de Janeiro: FGV.

FERNANDEZ, M.; OLIVEIRA, V. E. Política de saúde no governo Bolsonaro: desmonte e negacionismo. In: AVRITZER, L.; MARONA, M.; KERCHER, F. (Org.). **Governo Bolsonaro**: retrocesso democrático e degradação política. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

FLORIDI, L. **Ética da inteligência artificial**: princípios desafios e oportunidades. Tradução de Juliana Vermelho Martins. Curitiba: PUCPRESS, 2024.

FONSECA, E. M. et al. Political discourse, denialism and leadership failure in Brazil's response to COVID-19. **Global Public Health**, v. 16, n. 8-9, p. 1251-1266, 2021. DOI: 10.1080/17441692.2021.1945123.

FREITAS, F.; NEGREIROS, D. Trump e Bolsonaro: desinformação e racismo na Pandemia de Covid-19. **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 6, n. 10, p. 35-60, 2021. DOI: [10.29404/rtps-v6i10.739](https://doi.org/10.29404/rtps-v6i10.739)

HABERMAS, J. **Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa**. Tradução de Denilson Luís Werle. São Paulo: Unesp, 2023.

HOBBSBAWN, E. J. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019b. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 5 abr. 2024.

IBGE. **PIB Estadual per capita**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019a. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx> . Acesso em: 05 abr. 2024.

IBGE. **População residente - 1º de julho - estimativas**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 05 arb. 2024.

KERSHAW, Ian. **El mito de Hitler: imagen y realidad en el Tercer Reich**. Tradução de Tomás Fernández Aúz e Beatriz Eguibar. Barcelona: Paidós, 2003.

LACOUÉ-LABARTHE, P.; NANCY, J.L. **O mito nazista**. Tradução de Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Iluminuras, 2002.

LEPENIES, W. **As três culturas**. Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: EDUSP, 1996.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIMA, R. S., JANUZZI, P. M., MOURA JÚNIOR, J. F., ALMEIDA SEGUNDO, D.F. Medo da violência e adesão ao autoritarismo no Brasil: proposta metodológica e resultados em 2017. **Opinião Pública**, v. 26, p. 34-65, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0191202026134>

MALEBRA, J., FERNANDES, R. (2021). Conspiracionismo e negacionismo político-midiático: complementaridades discursivas entre Bolsonaro e Sikêra Júnior sobre a pandemia de Covid-19. **Revista Mídia e Cotidiano**, 15 (3), pp. 51-72. DOI: <https://doi.org/10.22409/rmc.v15i3.50961>

MOROZOV, E. **Big tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. Tradução de Cláudio Marcondes. São Paulo: Ubu, 2018.

MOUNK, Y. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. Tradução de Cássio de Arantes Leite e Débora Landsberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

O'DONNELL, G. **Bureaucratic Authoritarianism: Argentina 1966-1973. Comparative Perspective**. Berkeley: University of California Press, 1988.

ORELLANA, J. D. Y. et al. Excesso de mortes durante a pandemia de COVID-19: subnotificação e desigualdades regionais no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, p. e00259120, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00259120>

PEREIRA, F. B.; NUNES, F. Presidential Influence and Public Opinion During Crises: The Case of COVID-19 in Brazil. **International Journal of Public Opinion Research**, v. 34, p. 1-10, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1093/ijpor/edac014>

PINHEIRO, P. S. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. **Tempo Social**, v. 9, n. 1, p. 43-52, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20701997000100003>

POMPEU, L. Secretário de Saúde admite que sugeriu “imunidade de rebanho”. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 jul. 2021. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,secretario-de-guedes-admite-que-sugeriu->

[imunidade-de-rebanho-sem-ouvir-ministerio-da-saude,70003776413](#). Acesso em: 31 out. 2022.

REGISTRO CIVIL. **Portal da Transparência: Especial COVID-19**. Brasília: Portal da Transparência, 2022. Disponível em: <https://transparencia.registrocivil.org.br/painel-registral/especial-covid> . Acesso em: 05 abr. 2024.

ROUANET, S. P. **Teoria Crítica e Psicanálise**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

RUNCIMAN, D. **Como a democracia chega ao fim**. Tradução de Sergio Flaksman. São Paulo: Todavia, 2018.

SCHMITT, C. **Teologia política**. Tradução de Elisete Antoniuk. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. Despesas estaduais por função - empenhadas. Brasília: Ministério da Fazenda, 2019. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 5 abr. 2024.

SOUSA, A., RODRIGUES, G. Conflitos entre os governos subnacionais e governo federal durante a pandemia de COVID-19: o Estado de São Paulo e o caso da vacina CoronaVac. **Revista Monções**, 10 (19), p. 38-69, 2021. DOI: <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v10i19.13335>

STABILE, M.; BÜLOW, M. O velho não morreu, o novo já está aqui: informação e participação digital na era do bolsonarismo. In: AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (Org.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 481-493.

TSE. Estatísticas de votação - eleições 2018. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2018. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao-resultados/home?p0_ano=2018. Acesso em: 5 abr. 2024.